

Uma ponte entre o Governo brasileiro e o continente africano: a construção das relações políticas e econômicas entre África-Brasil no século XX e os estudos africanos

Mariana Schlickmann

*Pesquisadora Associada do NEAB/UDESC e do Instituto Cultural Luisa Mahin
mariana.schli@gmail.com*

Resumo

Buscamos, neste artigo, compreender como ocorreu a retomada de relações políticas e comerciais entre o Brasil e o continente africano no século XX, em especial nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Visualizando este contexto, pretendemos analisar os interesses e metas da presidência, em especial do Ministério das Relações Exteriores e como estes estavam atrelados ao interesse acadêmico sobre África do período. Do mesmo modo, avaliamos qual o papel dos estudos africanos na política externa brasileira em África e a contribuição do governo na construção deste campo de conhecimento.

Abstract

We seek in this article to understand the resumption of political and commercial relations between Brazil and the African continent in the twentieth century, especially in the 1960s, 1970s and 1980s. Viewing this context, we intend to analyze the interests and goals of the successive governments, particularly of the Foreign Ministry, and how they were linked to the academic interest in Africa during this period. Likewise, we evaluate the role of African studies in Brazil's foreign policy in Africa and the government's contribution towards building this field of knowledge.

Introdução

Os estudos sobre África no Brasil têm seu início nomeadamente atribuídos aos pesquisadores pioneiros Nina Rodrigues (1932), Manoel Quirino (1918), Arthur Ramos (1940), Edison Carneiro (1936;1937;1947;1948;) e Gilberto Freyre; que realizaram suas pesquisas a partir da década de 1930.

Entretanto, pode-se afirmar que, institucionalmente, os estudos africanos no Brasil inauguraram-se com a criação de três centros de pesquisas dedicados à temática: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961, e transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, junto à Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM); e, por fim, o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à FFLCH/USP (1963), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA).

Durante este período, intensas transformações políticas e econômicas ocorreram em África devido a independência de dezenas de países. No Brasil, mudanças importantes também aconteceram, com a instalação de uma ditadura militar no país e alternâncias entre a estagnação e crescimento vertiginoso da economia. Assim, neste momento de grande agitação, os interesses do governo se uniram aos interesses acadêmicos da área de estudos africanos na construção de um novo capítulo das relações entre África-Brasil.

O início da diplomacia brasileira em África: relações com a África do Sul

A política externa brasileira ocupa papel central neste artigo, uma vez que o interes-

se da Presidência da República em estabelecer relações diplomáticas e econômicas com países africanos produziu incentivo a pesquisas sobre o continente, de modo a conhecer melhor os potenciais parceiros e traçar estratégias de aproximação. Por conseguinte, para que possamos compreender este momento histórico, faz-se necessário conhecer a trajetória das relações entre Brasil e África.

No final do século XIX, com a Abolição da escravidão e a proclamação da República, o governo brasileiro cessou oficialmente relações com a África Austral.¹ Portugal colocou como condição, registrada e assinada no Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, no artigo terceiro que “Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”.² Ou seja, para que a antiga metrópole reconhecesse a independência do recém-criado Estado brasileiro, o novo país deveria manter-se afastado de relações políticas, intelectuais ou econômicas com as colônias portuguesas, concentradas em sua maioria no continente africano.

De acordo com Saraiva (2012, 25), as primeiras fontes acerca da retomada de contato oficial com o continente africano são do Itamaraty, em 1946, no governo de Gaspar Dutra. Este movimento foi realizado através de acordos comerciais com a África do Sul. Contudo, tanto Roquinaldo Ferreira (2013, 58) quanto Claudio Ribeiro (2004, 101) afirmam que o Brasil manteve ligações com o norte da África através de um consulado no Marrocos, instalado em 1861.

Pio Penna Filho, com base em outras fontes, mostra as relações do Brasil com a África do Sul, o primeiro país ao sul do deserto do Saara a estabelecer vinculações com o Brasil:

1 Vale destacar que para além das relações diplomáticas, as ligações entre Brasil e o continente africano continuaram de diversas formas.

2 <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1230&sid=115&tpl=printerview>

O Brasil começou a se aproximar da União Sul-Africana em 1918, com a criação de um Consulado de Carreira na Cidade do Cabo. Embora o primeiro cônsul de carreira só tenha assumido o seu posto em 1926, o gesto do governo brasileiro demonstrou o seu interesse em estreitar as relações comerciais com a União Sul-Africana, ampliando o horizonte do intercâmbio comercial do Brasil com uma região economicamente próspera e estrategicamente significante.

Do ponto de vista estritamente político, as relações entre Brasil e África do Sul foram estabelecidas apenas em 1947-1948, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória. (PENNA FILHO, 2001,69)

A criação de um Consulado de Carreira em 1918 possuía finalidade estritamente comercial até a década de 1940, quando as relações políticas, lideradas pelo Ministério das Relações Exteriores foram iniciadas. Assim, sobre a África Austral, Saraiva está correto ao afirmar que a retomada de contato com o continente africano ocorreu, da perspectiva política, somente na década de 1940.

Os laços do Brasil com a África do Sul foram mantidos pelo governo de maneira discreta, uma vez que os países possuíam divergências ideológicas a respeito da integração de diferentes populações e etnias em seus territórios. O primeiro pregava a “democracia racial”, ao mesmo tempo em que o segundo vivia sob o regime de apartheid, ou seja, de segregação racial institucionalizada.

O governo brasileiro obteve sucesso em manter uma opinião neutra acerca do apartheid até a década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil

e mais seis Estados sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português (SANTANA, 2006, 160).

No contexto da década de 1970, as duas primeiras crises mundiais do petróleo comprometeram o fornecimento do produto e aumentaram vertiginosamente o preço do barril (SANTANA, 2006, 157-177). Nesta delicada situação, o Brasil deixou de se relacionar com a África do Sul até o fim do regime de apartheid,³ visando garantir seu suprimento de petróleo e conquistar a confiança dos países africanos com os quais tinha planos comerciais. Além disso, outras nações, como as pertencentes à Liga Árabe, região asiática e o bloco socialista, que monitoravam todas as relações da África do Sul, também questionavam a coerência da política externa brasileira e seu envolvimento com o país sul-africano.

Mesmo não sendo politicamente bem aceitas as ligações entre os países, o Brasil procurou adiar ao máximo o fim das relações com a África do Sul, pois dos parceiros africanos, era com quem tinha maiores transações comerciais. De acordo com Saraiva, mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962 (SARAIVA, 2012, 40).

A década de 1950 e o estreitamento dos laços com Portugal

A Segunda Guerra Mundial causou mudanças e impactou não apenas a Europa, mas o mundo, uma vez que a ordem pré-estabelecida de comércio e fornecimento de bens de consumo foi reconfigurada. Neste período o Brasil era um país essencialmente agrário, com a economia

³ Somente na década de 1990, com o decreto oficial do fim do regime de apartheid e a eleição de Nelson Mandela para presidente, o Brasil retomou contato com a África do Sul. Em 1991, Mandela visitou o Estado brasileiro, retomando os relacionamentos comerciais.

voltada para a exportação de bens primários, “explorando vantagens comparativas em termos de recursos naturais e de mão de obra” (SANTANA, 2004, 17).

Nos anos pós-II Guerra Mundial, aproveitando as oportunidades propiciadas pela reconfiguração econômica, o país seguiu a teoria de desenvolvimento do CEPAL (Centro Econômico de Planejamento para a América Latina) (LIMA, 2005, 28), iniciando um processo de desenvolvimento da indústria nacional. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tinha por lema “50 anos em 5”, visando, através de um Plano de Metas, superar o subdesenvolvimento do país e acelerar a industrialização (MOREIRA, 1998).

No plano político, Juscelino Kubitschek (ou JK) estreitou ainda mais os laços com Portugal ao complementar o “Tratado da Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil”, assinado em 16/11/1953, pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas⁴ e o dirigente português Antonio de Oliveira Salazar. O Tratado selava o compromisso de mútua consulta entre os países em assuntos internacionais. Para D’Ávila :

Era uma garantia para uma série de acordos no decorrer dos vinte anos seguintes, estendendo privilégios econômicos e políticos aos imigrantes portugueses no Brasil, reduzindo as barreiras para a exígua quantidade de comércio que existia entre os dois países e excluindo qualquer conexão entre o Brasil e as colônias portuguesas (D’ÁVILA, 2011,40).

Assim, o Brasil se atrelava a um acordo sem visíveis vantagens para o país. Por sua vez, Portugal obteve sucesso em envolver o Brasil numa situação de dependência de opinião, garantindo apoio nas suas questões coloniais, cada vez

mais criticadas pela comunidade internacional.

Os imigrantes portugueses residentes no Brasil possuíam posição de prestígio e influência nos meios de comunicação, bem como voz ativa na política. Além disso, o apoio de Gilberto Freyre ao governo de Salazar e seu conceito de luso-tropicalismo, que criou uma nova imagem do homem português, foi utilizado para reforçar os laços e a comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), formada por portugueses e brasileiros. Durante o governo de JK, a identificação com Portugal se intensificou, e o Brasil apoiou todos os posicionamentos portugueses relativos às suas colônias.

De 1957 a 1960, 21 países africanos proclamaram independência, contudo, o governo de Juscelino Kubitschek não se pronunciou a respeito deste importante momento histórico (SARAIVA, 2012, 31). Os esforços do governo no âmbito da política externa voltavam-se para a expansão da influência na América Latina e junto aos Estados Unidos (RAMPINELLI, 2007, 97). Nas votações sobre as colônias africanas nas reuniões da ONU, que procuravam pressionar tanto Portugal quanto a França pelo fim do colonialismo, o Brasil manteve uma postura de distanciamento, ao mesmo tempo em que apoiava com voto partidário aos países colonizadores nos conselhos da ONU, procurando, no entanto, não chamar atenção para tal fato (PENNA FILHO, 2007, 62).

Todavia, deve-se destacar que, ainda na década de 1950, começou a surgir no Itamaraty um tímido interesse pelo continente africano, expresso na carta do diplomata Osvaldo Aranha, enviada ao presidente JK, na qual se posicionava favorável à revisão da política exterior brasileira e das ações do país frente ao problema colonial (FERREIRA, 2013, 60). Em 1957 foi registrado também o primeiro memorando no âmbito da

⁴ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945, assumindo o posto novamente entre 1951 e 1954.

Divisão Política do Itamaraty acerca de África. O diplomata Sergio Corrêa Lago, autor do documento, reconhecia a falta de conhecimento sobre África e Ásia e sugeriu uma missão aos dois continentes, com a finalidade de cortesia e observação. A partir das informações coletadas, dever-se-ia estabelecer ações de modo a proporcionar ao Brasil influência sobre países destes dois continentes (PENNA FILHO; LESSA, 2007, 63).

Década de 1960: o despertar brasileiro para a África

A ONU considerou 1960 como o ano da África, devido aos novos Estados em surgimento no continente. No Brasil, toda a década de 60 foi marcada por profundas transformações nas relações com países africanos.

As mudanças ocorreram com a posse de Jânio Quadros⁵ na presidência da República, momento de anúncio da “Política Externa Independente”, que decretou diretrizes até então inéditas nas relações internacionais brasileiras, pois almejava:

A expansão das exportações brasileiras para qualquer país – inclusive socialistas; a defesa do direito internacional e da autodeterminação dos povos; a não-intervenção nos assuntos internos de outras nações; a paz, o desarmamento e a coexistência pacífica; o apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes; e a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa (SANTANA, 2004,31).

As inquietações econômicas tiveram peso na formulação dessa nova política. A crise na exportação do café produziu um desequilíbrio na balança comercial brasileira, detentora de recursos insuficientes para promoção do desenvolvimento econômico. Além disso, a indústria-
5 Jânio Quadros foi diplomado presidente em 31 de janeiro de 1961, e renunciou ao cargo em 25 de agosto do mesmo ano.

lização, considerada incipiente, demandava o consumo de mercados externos, uma vez que o aumento da inflação deteriorou o poder de compra no mercado interno (SANTANA, 2004, 18).

Entre as mudanças, o alinhamento automático a Estados Unidos e Portugal deixou de existir, e os processos de descolonização ganharam apoio brasileiro. O Brasil passou a estabelecer relações diplomáticas com Cuba, China, União Soviética e o Leste Europeu, visando novos mercados para seus produtos manufaturados e tentando se afirmar como potência emergente, líder entre os países do então chamado “terceiro mundo” (OLIVEIRA, 1987, 41).

Ainda, em 1961, foi criada a Divisão de África no Itamaraty e em seguida três embaixadas foram instituídas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana, consistia em centro importante na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. Convém destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro embaixador negro brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas.⁶

A missão de Dantas foi considerada um fracasso por ele mesmo. Apesar da nomeação, com o propósito de divulgar a “democracia racial brasileira”, ele sentiu na pele o racismo de alguns de seus subordinados e do próprio Itamaraty, uma vez que a “democracia racial brasileira” era bem aceita entre os brancos, desde que estes não
6 Raymundo de Sousa Dantas relatou sua experiência como embaixador no livro *África Difícil: Missão Condenada – Diário (1965)*, obra em que descreveu as dificuldades enfrentadas, o racismo do Itamaraty e o abandono sofrido pela embaixada.

tivessem que compartilhar prestígio, poderou autoridade com os brasileiros negros. Um exemplo do racismo sofrido pelo embaixador pode ser verificado no fato de que ele teve que morar durante seus primeiros meses em Gana numa série de hotéis, sem residência fixa. Tal fato ocorreu porque o encarregado de organizar a embaixada antes da vinda de Dantas, Sérgio Corrêa Lago, se sentiu ofendido e queixou-se ao MRE ao saber que um homem negro seria o novo embaixador, e recusou-se a deixar a residência oficial da embaixada (D'ÁVILA, 2011, 60).

Um dos membros da equipe de Sousa Dantas, Vivaldo da Costa Lima, pesquisador do CEAO, exerceu o cargo de Adido Cultural em Accra, durante dois anos. Lima viajou pela Nigéria, Daomé, Togo, Gana e Alto Volta. Entre suas funções elaborou relatórios e encaminhou sugestões para o Ministério das Relações Exteriores e para a Universidade Federal da Bahia, como por exemplo, a realização de cursos de língua portuguesa e a distribuição de bolsas de estudos para estudantes africanos. Como veremos adiante, ambas as sugestões foram acatadas pelo governo federal.⁷

Em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEEA foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. Como já citado anteriormente, o IBEEA era presidido por Cândido Mendes de Almeida, reconhecido cientista social, e coordenado por Eduardo Portella, tendo como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português. O Instituto auxiliou, por exemplo, na formação de uma política de relações comerciais com África, através das reuniões de debate sobre

relações econômicas Brasil-África, iniciadas em abril de 1962 (OLIVEIRA, 1987, 31). A criação de um órgão de produção de conhecimento exclusivamente sobre África e Ásia, por parte da Presidência da República, tornou-se exemplo importante da contribuição do governo para os estudos africanos no Brasil.

O CEAO/UFBA, igualmente, recebeu apoio em forma de financiamento do governo. Além disso, pesquisadores tiveram viagens à África financiadas pelo Itamaraty (REIS, 2010, 90), como a viagem do citado professor Vivaldo da Costa Lima para a Inglaterra em 1965; a visita do também pesquisador do Centro, professor Rolf Reichert, a diversos países do norte da África como Egito, Tunísia e Argélia, em 1966; e as pesquisas realizadas no ano seguinte por Paulo de Moraes Farias na Nigéria.⁸

A convite do Ministério das Relações Exteriores, o CEAO também compareceu ao 1º Festival Mundial de Artes Negras, em Dacar, evento na qual Cândido Mendes, diretor do IBEEA também integrou a comitiva brasileira.⁹ Professores africanos também vieram ao Brasil com bolsa oferecida pelo Itamaraty, como Ousmane Silla, do Institut Fondamental d'Afrique da Universidade de Dacar, que esteve no Brasil para ministrar cursos no CEAO.¹⁰ Este, representado pelo seu fundador, Agostinho da Silva, também compôs, junto ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Educação e aos pesquisadores, um grupo de trabalho para viabilizar o intercâmbio cultural, político e econômico com o continente africano.

Jânio Quadros, em seu esforço para reconfigurar as relações internacionais brasileiras com África, também criou um programa de bolsas de estudos para estudantes africanos,

⁸ *Informações. Afro-Ásia*, 2-3 (1966), p. 177-182. *Informações. Afro-Ásia* 4-5 (1967), p. 112-117.

⁹ *Informações. Afro-Ásia*, 2-3 (1966), p. 177-182.

¹⁰ *Informações. Afro-Ásia* 6-7 (1968), p. 145-149.

⁷ *Informações. Afro-Ásia* 8-9 (1969), p. 131-142.

conforme sugerido pelo adido cultural do MRE em Gana, Vivaldo da Costa Lima. O programa foi financiado com o corte de salários do corpo diplomático do MRE e a ação estabelecida por uma ordem presidencial e coordenada diretamente pelo IBEEA. Contudo, o Itamaraty não recebeu bem a notícia de corte de salário de funcionários para a realização deste projeto. Ao todo 15 estudantes, provenientes de Cabo Verde, Camarões, Gana, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal vieram ao Brasil com bolsas do governo federal. O IBEEA, primeiro os enviou a Salvador para aulas de português e cultura brasileira no CEAO e depois os encaminhou para universidades em todo o país (D'ÁVILA, 2011, 80).

A outra sugestão de Lima, a criação de cursos de língua portuguesa em África foi posta em prática em 1962, com a inauguração do curso na Universidade de Ifé, na Nigéria, ministrado pelos professores do CEAO, Yeda Pessoa de Castro e Guilherme de Sousa Castro. Este projeto contou com o apoio do MRE, sendo executado pela Universidade Federal da Bahia e pelo CEAO.¹¹

Podemos, assim, perceber a importância do cenário político brasileiro para a criação e o fortalecimento dos centros de estudos africanos no Brasil, uma vez que o interesse do governo em estabelecer relações com um continente até então “desconhecido”, aprofundou a demanda por conhecimentos sobre aquele território e suas culturas, de modo a estabelecer quais os parceiros mais apropriados e as estratégias de aproximação.

O envolvimento do CEAO deveu-se muito à influência política de seu fundador, Agostinho da Silva, portador de livre trânsito no Ministério das Relações Exteriores, ajudante, inclusive no projeto de fundação do IBEEA, do

qual foi nomeado membro do Conselho Curador (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, 185). O CEAO, devido aos contatos de Agostinho no exterior, possuía um programa de intercâmbio que passou a ser financiado pelo governo, além de receber incentivos à pesquisa e encomenda de trabalhos.

Jânio Quadros, apesar das medidas inéditas, governou o país por menos de um ano, renunciando à presidência da República e seu vice, João Belchior Marques Goulart¹², mais conhecido como Jango, assumiu em seu lugar.

O IBEEA, criado justamente para atender as necessidades do governo em termos de aquisição de conhecimento e elaboração de planos em relação ao continente africano, viu-se em posição fragilizada com a renúncia de Quadros. Conforme Conceição:

Para o Ibeea, o estudo do mundo afro-asiático (que vivia ainda a época do “espírito de Bandung”) era um meio de cumprir a sua função principal: colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre o Brasil e os países da África e da Ásia. No entanto, perdido o impulso inicial do gesto de abertura de Jânio Quadros, a política africana do Itamaraty esmaeceu face aos embates travados com o lobby português que atuava tanto internamente no Ministério das Relações Exteriores quanto externamente, através da então influente Federação das Associações Portuguesas, muito bem articulada com setores políticos brasileiros favoráveis a Salazar (CONCEIÇÃO, 1991, 86).

A dependência deste centro aos interesses do governo foi posta à prova com o golpe militar de 1964, que estabeleceu novas diretrizes políticas em relação ao continente africano e decretou o fechamento do IBEEA, como abordaremos na sequência.

11 *Informações. Afro-Ásia 8-9 (1969)*, p. 131-142.

12 João Goulart foi presidente do Brasil entre 1961 e 1964, quando, em 31 de março de 1964, um golpe militar assumiu o poder.

O centro menos ligado ao governo foi o Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, pois os fundos financeiros da universidade possibilitaram maior liberdade em relação ao governo, apesar de também receber recursos e prestar serviços. Academicamente, trata-se do centro que mais produziu monografias sobre África, enquanto os demais centros produziram materiais voltados para cursos e outros tipos de publicações. Além disso, foi o único dos três CEA que não se dedicou aos estudos afro-brasileiros (MOURÃO, 1983, 70).

Ainda em termos de relações governamentais e envoltimentos políticos, Jango continuou as diretrizes estabelecidas pelo seu antecessor, mas apesar dos esforços, a pressão exercida por Portugal em prol do colonialismo continuou extremamente forte. A Política Externa Independente atuou de modo ineficiente quanto a cortar as amarras do Tratado da Amizade e da Consulta, sendo que o Brasil ainda não se relacionava com as colônias portuguesas. Também manteve seu apoio a manutenção do colonialismo português em África, o qual afirmava não possuir colônias, mas sim “províncias ultramarinas” (PENNA FILHO, LESSA, 2007, 69).

O governo de Goulart foi marcado por sua luta em manter-se na presidência, pois sua legitimidade – por conta da renúncia de Jânio Quadros –, tornava-se duvidosa constantemente. Além disso, as medidas tomadas em seu governo, como apoio a sindicatos, tentativa de aumento do salário mínimo, apoio a organizações sociais e o contato com China, Rússia e Cuba; instauraram um clima de insegurança e medo de uma revolução comunista no país (FIGUEIREDO, 1998). Diante desta visão, os militares brasileiros deram um golpe de Estado em 31 de março de 1964, e o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência.¹³

¹³ Castelo Branco foi eleito presidente pelo Congresso Nacional em 1964 e governou até 1967.

Castelo Branco foi o primeiro presidente militar a governar o país, e suas diretrizes em relação à política externa voltaram ao conservadorismo e ao alinhamento com EUA e Portugal, com quem reforçou os laços com o ideal de uma comunidade Luso-Brasileira (FERREIRA, 2013, 64). Por conseguinte, as relações com África perderam fôlego e importância neste novo momento do Ministério das Relações Internacionais.

A não nomeação de um substituto para a embaixada em Gana após o retorno de Raymundo Sousa Dantas, que lá permaneceu entre 1961 e 1963, tornou-se exemplo da falta de formulação de uma política para a relação com o continente africano. O cargo vago de diplomata só foi ocupado novamente em 1967. Vale registrar que as embaixadas criadas nos governos anteriores ao golpe foram mantidas no governo de Castelo Branco, porém, desconsideradas prioridade na pauta do Itamaraty.

Seis meses após o golpe de Estado, Leopold Senghor, presidente do Senegal, primeiro chefe de Estado africano a visitar o Brasil, adentrou em solo brasileiro. Convidado no governo de Jânio Quadros, sua missão visava questionar o apoio brasileiro ao colonialismo português (SANTANA, 2004, 37). Senegal foi colônia francesa, e o motivo de seu interesse nas independências pautava-se na divisa que seu território fazia com a Guiné portuguesa, país impactado pela intensa guerra contra o colonialismo. Por isso, suas fronteiras eram constantemente bombardeadas e milhares de refugiados continuamente procuravam abrigo no Senegal.

Diante desta situação, Senghor procurou auxílio do governo brasileiro, solicitando que este fosse intermediário no conflito e se tornasse uma liderança, capaz de guiar a resolução da tensão. O presidente senegalês entendeu não existir condições de um embate frontal com um

país europeu, e por isso, a mediação de uma potência parecia ser ideia promissora (D'ÁVILA, 2011, 147).

Leopold Senghor nomeou seu sobrinho, Henrique Senghor, como embaixador do Senegal no Brasil, continuando a campanha iniciada pelo tio de buscar o apoio do Brasil na questão da descolonização dos países africanos sob domínio português. Além disso, também procurou estimular a participação e a conscientização dos negros brasileiros para a política (D'ÁVILA, 2001, 147). A visita do presidente senegalês foi uma das poucas atenções direcionadas ao continente africano por parte do governo brasileiro no período, além da criação de uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Johannesburgo, com conexão em Angola. No governo de Castelo Branco, as exportações para África resumiram-se a apenas 2% por cento do total de exportações brasileiras, e menos 1% de importação, ou seja, números muito pequenos de trocas comerciais (SANTANA, 2004, 36).

As relações e os projetos em parceria com o continente africano sofreram um revés após o golpe militar de 1964, deixando de ser meta ou prioridade para as diretrizes do MRE. Entretanto, no contexto mundial, as independências de diversos países africanos atribuíam ao continente grande notoriedade. Os recém-criados Estados traziam a esperança de grandes mudanças e transformações, começando pelo fim dos vínculos com as antigas metrópoles através da busca de novos parceiros econômicos.

O Brasil buscou ser um destes novos parceiros comerciais quando lançou duas missões comerciais a diversos países da África (Togo, Benin, Zaire, Gabão, Senegal, Nigéria, Gana, Libéria, Camarões), em 1965 e 1966 (PENHA, 2001, 164). Ambas foram organizadas pelo Itamaraty, com colaboração do Ministério da In-

dústria e do Comércio e Banco do Brasil, tendo participado da viagem empresas como a Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Rural. Para Santana:

Apesar das dificuldades, o resultado da missão foi considerado satisfatório para a diplomacia brasileira, uma vez que evidenciou as potencialidades da aproximação comercial com a África, mostrando que era possível a junção de interesses estatais e privados na ampliação dos espaços de influência brasileira (SANTANA, 2004, 37).

O sucesso das missões, em especial da primeira, foi atribuído mais às possibilidades futuras de novos mercados para os produtos manufaturados brasileiros, do que a ações concretas, uma vez que somente Libéria e Camarões assinaram acordos comerciais com o Brasil. Além da inexperiência e das dificuldades implicadas no fato de ter sido a primeira viagem com objetivo mercantil, os empecilhos impostos pelas antigas metrópoles, que pretendiam manter a dependência econômica e o monopólio do comércio com os países recém-criados, também dificultaram novas parcerias.

Vale frisar que a primeira missão se caracterizava pelo cunho estritamente comercial, sem qualquer projeto cultural ou político, pois as diretrizes diplomáticas do Brasil não faziam questão de laços com África, como mencionado anteriormente. Tal incursão ocorreu devido a conjuntura econômica do Brasil naquele momento, marcada por uma estagnação econômica e índices elevadíssimos de inflação. Logo, o mercado interno se retraiu, e a solução encontrada para escoar a produção nacional de manufaturados foi a exportação para novos mercados consumidores (SANTANA, 2003, 115).

Por sua vez, a segunda missão pautou-se

em natureza mais política, objetivando investigar os possíveis efeitos de um estreitamento de relações com os países africanos de língua oficial portuguesa (Angola e Moçambique) e a África do Sul.

O último movimento brasileiro de apoio ao colonialismo português ocorreu no ano da segunda missão comercial brasileira à África, em 1966. O Brasil reconheceu a afirmação portuguesa de que não possuía colônias, e sim Províncias Ultramarinas, e que, portanto, não havia motivos para a interferência da ONU em seus assuntos internos (PENNA FILHO, 2009, 36). A partir daí, discreta e gradativamente, o Brasil se distanciou de Portugal e da defesa do colonialismo português.

O segundo presidente militar brasileiro foi Marechal Arthur da Costa e Silva, que governou de 1967 a 1969,¹⁴ período de reformulações nas diretrizes do Itamaraty, pois a Política Externa Independente, implantada por seu antecessor, não obteve sucesso, pondo o país em condição ainda mais dependente de relações com os Estados Unidos. Assim, foi posta em prática o projeto nomeado pelo governo de Diplomacia da Prosperidade, anulando o alinhamento automático com os EUA – sem romper qualquer tipo de relação com o país –, e buscando novas alianças políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, relevando as diferenças ideológicas.

O desafio da presidência foi combater a inflação e a estagnação econômica, e para isso, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi adotado com o intuito do “desenvolvimento econômico e social do país, passando a executar uma política de facilitação das exportações por

14 A título de informação, cabe notar que Costa e Silva representava a ultradireita das Forças Armadas, responsável pela implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que dava plenos poderes ao presidente, como a cassação de mandatos políticos, o fechamento do Congresso Nacional, além da institucionalização da repressão contra o governo.

meio de isenções fiscais e da abertura de linhas de crédito” (SANTANA, 2003, 115). Essa facilitação de exportações ampliou expressivamente o comércio exterior do brasileiro, que passou a ser planejado pelo Conselho de Comércio Exterior (Concex) e executado pelo Itamaraty, de modo a assegurar relacionamentos comerciais do Brasil em consonância com os interesses políticos e diplomáticos (OLIVEIRA, 1987, 56). Almejando novos mercados, uma inflexão aos países do Terceiro Mundo foi posta em prática, conduzindo o Brasil a integrar o movimento Sul-Sul.¹⁵

Este movimento interligou-se com o Movimento dos Não-Alinhados¹⁶, o Grupo dos 77 e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), um esforço coletivo de pressionar a redução do controle e influência das grandes potências na economia e comércio mundial. Junto com México e Índia, o Brasil assumiu papel de destaque na coordenação de uma coalizção terceiro-mundista que buscava condições de competição comercial mais justas perante os países mais desenvolvidos.

Mesmo o interesse do Brasil nas relações Sul-Sul sendo mercantil naquele momento, alguns passos na esfera política tornaram-se necessários para que o país se mostrasse confiável e solidário aos demais. Por isso, uma postura mais crítica ao colonialismo foi adotada, menos ao colonialismo português. Embora a Diplomacia da Prosperidade adotada pelo Marechal Costa e Silva tenha aberto um diálogo com outros países do Terceiro Mundo e timidamente recolocado o continente africano na agenda do MRE, ela pouco alterou a situação de apoio incondicional às práticas colonialistas do governo de Salazar, em especial nas lutas de independência de Angola e

15 Relações Sul-Sul é a expressão utilizada para denominar as relações entre países considerados subdesenvolvidos, quase todos localizados ao sul do mapa geográfico mundial. Mais informações: (LIMA, 2005, 24-59).

16 Países em desenvolvimento que buscaram uma opção para além da bipolaridade Leste x Oeste, Capitalismo x Comunismo vigente naquele momento.

Moçambique (SARAIVA, 2012, 40).

O Brasil continuava ao lado de Portugal por diversos motivos, entre eles a forte pressão exercida pelo governo português e pelos imigrantes portugueses para a manutenção dos laços; a expectativa brasileira que Portugal intermediasse o acesso de produtos nacionais ao mercado europeu e que também tivesse acesso as importantes reservas minerais das colônias portuguesas, em especial ao petróleo recém-descoberto em Angola.

Importa destacar que a movimentação e os esforços da diplomacia brasileira em esquadrihar novos parceiros resultaram em sucesso, e as exportações brasileiras aumentaram exponencialmente, crescendo em média 19,7% ao ano e com aumento da participação africana (SANTANA, 2004, 41). Dos países africanos em relacionamento comercial com o Brasil, os mais expressivos no período de 1967 a 1969 foram os da região da África do Norte (Argélia e Marrocos), África do Sul, Angola, Moçambique, Nigéria e Zâmbia (OLIVEIRA, 1987, 80). O crescente aumento da importância de acordos comerciais com países africanos demandou melhoria na estrutura do Itamaraty para administrar estas relações. Por isso, a Divisão de África, criada no governo de Jânio Quadros, foi desvinculada da Subsecretaria-Geral para Europa Ocidental e incluída em uma recém-criada subsecretaria exclusiva para África e Oriente Médio (SARAIVA, 1996, 129).

Essa reestruturação dentro do MRE evidenciou que, apesar do posicionamento perante o colonialismo português, alguns esforços foram realizados pelo governo para estreitar laços com países africanos. Como exemplo, podemos citar a viagem chefiada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Café à Tanzânia, Etiópia, Quênia e Uganda com o objetivo de encontrar uma so-

lução conjunta para a superprodução de café e a abertura de linhas marítimas regulares para Dacar, Monróvia, Tema, Takarodi, Lagos, Luanda e Lobito. A África do Norte também esteve na pauta do governo brasileiro, em acordos firmados com o Marrocos e Argélia, que enviaram missões comerciais ao Brasil em 1968.

A Nigéria, portadora de uma embaixada brasileira e uma das potenciais parceiras comerciais do Brasil, como futuramente seria concretizado, também foi incluída nas ações do Itamaraty através do Departamento Cultural deste Ministério. No mesmo ano de 1968, o Centro de Estudos Afro-Orientais, com apoio do MRE, realizou a Semana de Estudos sobre a Nigéria, com a presença do Encarregado de Negócios da Nigéria no Brasil, J. A. O. Akadiri e do secretário da embaixada nigeriana, E. M. Adegbulu. Na semana do evento, pesquisadores associados, autoridades brasileiras e nigerianas fundaram a Associação da Amizade Brasil-Nigéria, durante um jantar oferecido pela embaixada da Nigéria do Brasil.¹⁷

Década de 1970: O apogeu das relações com o continente africano

A década de 1970 marcou o ápice das relações do governo pelo continente africano, gradativamente desenvolvidas desde o início dos anos de 1960, com o governo de Jânio Quadros. Assim, os impressionantes números registrados durante a década compõem parte de um projeto iniciado com cautela e intenções, e que com momentos relevantes e de complicações foi lentamente ampliado.

Em 1969, Emílio Garrastazu Médice tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil,¹⁸ seguindo como diretriz para as relações internacionais a “Diplomacia do Interesse Nacional”,

17 Informações. Afro-Ásia 6-7 (1968), p. 145-149.

18 Emílio Garrastazu Médice foi presidente do Brasil entre 1969 e 1974, seu governo ficou conhecido pela nomenclatura Anos de Chumbo, caracterizado como a fase mais violenta e dura do regime militar que governou o país.

programa pautado na inserção do país no sistema mundial, configurando-se peça importante no jogo político e econômico global. O objetivo era criar um “Brasil Potência”, ou seja, um país que abandonaria o subdesenvolvimento e tornaria-se desenvolvido (OLIVEIRA, 1987,95). Para alcançar tal objetivo foi necessária uma ruptura ideológica do governo e uma flexibilidade diplomática, aberta a diversificação de alianças, pois não só o terceiro mundo tornou-se protagonista das relações comerciais e diplomáticas, como também a Europa Oriental, Japão e América Latina. Contudo, a tradicional aliança com Portugal e Estados Unidos permaneceu inalterada (NASCIMENTO, 2010, 35).

As novas definições das diretrizes políticas e econômicas despertaram animosidades entre diferentes áreas do governo, como a disputa entre o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, e o Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza. Enquanto o primeiro:

Favorecia o acesso aos mercados africanos por intermédio de Portugal e a manutenção dos fortes laços comerciais com a África do Sul, Gibson defendia uma posição mais independente e de caráter anticolonialista, a fim de melhorar as relações do país com o continente africano como um todo, buscando aproximar-se diretamente dos estados africanos independentes (FERREIRA, 2013, 66).

Esta desavença entre os ministros evidenciava as mudanças operadas no governo, a permanência das relações com Portugal e o alinhamento dos dirigentes embebidos deste tradicionalismo que necessitava se adaptar aos novos tempos, não mais caracterizados por rígidas ideologias e apego a cultura ocidental europeia.

Economicamente, o país vivenciou o chamado “milagre econômico”, considerado o período (1968-1974) em que o Brasil obte-

ve taxas elevadíssimas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), com médias anuais de 11,3%. A título de comparação, entre 1962 e 1967, o PIB havia crescido somente 3,7% ao ano (SANTANA, 2004, 43). O projeto de desenvolvimento e industrialização iniciado no governo de Juscelino Kubitschek e, seguido pelos presidentes subsequentes, criou uma estrutura mantenedora destas taxas de crescimento elevado. Diversos mecanismos de incentivo à exportação foram instituídos pelo governo para facilitar o escoamento da produção, uma vez que o mercado interno ainda se mostrava retraído e a população com pouco poder de compra.

Contudo, conquistar novos mercados não constituiu tarefa fácil, pois os países desenvolvidos exerciam práticas protecionistas que dificultavam a entrada dos produtos brasileiros em seus mercados. Na América do Sul também havia dificuldades devido à problemas com alguns países vizinhos (SARAIVA, 1996, 135). Deste modo, os países africanos foram percebidos como promissores parceiros, pois também buscavam novas sociedades comerciais, sem qualquer relação com suas antigas colônias, e também não havia vícios e ressentimentos nestas novas relações, como acontecia com os desgastados relacionamentos estabelecidos na América do Sul.

Além disso, a distância de cerca de 2.400 km que separam a costa africana da costa do Nordeste, mostrou-se agente facilitador, uma vez que 90% do escoamento de produtos nacionais ocorriam por via marítima, em razão do frete de baixo custo. Assim, o Brasil buscou implantar uma esfera de poder regional, rotulando produtos e tecnologia comercializados como “tropicais”, adaptados para as condições climáticas das regiões africanas (OLIVEIRA, 1987, 160).

Outro fator considerável, a vulnerabi-

lidade energética brasileira, estimulou o país a se aproximar dos Estados africanos produtores de petróleo, como Argélia e Nigéria (LECHINI, 2008, 60). Entretanto, além do protecionismo, os países desenvolvidos colocavam outras barreiras para o comércio Sul-Sul, como por exemplo, o acesso do Brasil a fundos internacionais para obtenção de empréstimos e linhas de créditos para o comércio com o terceiro mundo. Para contornar a situação, umas das práticas empregadas foi a utilização de countertrade, modalidade de troca caracterizada pelo pagamento parcial ou total de mercadorias por meio de outras mercadorias (SANTANA, 2004, 71).

Deste modo, o petróleo foi a base de troca deste sistema, sendo a Nigéria o primeiro país africano a firmar contrato por countertrade com o Brasil. Eram exportados cerca de 100mil barris de petróleo por dia, trocados por 40mil barris diários de produtos e veículos brasileiros, alternativa comercial também responsável pelo aumento do volume de comércio com o supracitado país, que passou de US\$24 milhões em 1972 para US\$600 milhões em 1978 (SANTANA, 2003, 117).

Diversas empresas brasileiras fizeram uso deste instrumento em contratos para construção de estradas, barragens, hidroelétricas, ferrovias e projetos de engenharia. A importância desta modalidade de comércio era tamanha, que foi criado dentro da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) um órgão responsável pelas ações, pois não se tratava de mecanismo simples realizar transações comerciais, e devido às proporções adquiridas, merecia especial atenção.

Com os esforços do governo, as exportações cresceram exponencialmente, e para dar continuidade ao processo, mais petróleo demandava ser consumido, assim como bens para a

infraestrutura da produção de manufaturados necessitavam ser comprados. O governo passou a ter um gasto mais elevado no seu orçamento, carecendo de empréstimos para manter o funcionamento da produção e da economia. Por isso, a dívida externa brasileira, computada em 4 bilhões de dólares, em 1968, passou para quase 13 bilhões em 1973, e aproximadamente 50 bilhões em 1979 (SANTANA, 2004, 47).

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, realizou importante viagem pelo continente africano, o grande legado dos seus quatro anos como ministro, simbolicamente o marco significativo da retomada dos laços do Brasil com África. Ao todo, nove países (todos politicamente moderados e com independências que não passaram por conflitos de libertação) foram visitados: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Gabão, Camarões, Zaire e Senegal. Para Jerry D'Ávila:

A escolha desses países, e a ordem da visita tinham a intenção de transmitir mensagens para três públicos distintos. Gibson queria definir o Brasil diante dos líderes africanos; apresentar a África como sendo significativa para o público e militares brasileiros; e indicar as autoridades portuguesas que uma mudança era necessária (D'ÁVILA, 2011, 189).

Por isso, Barboza escolheu a Costa do Marfim como primeiro país a ser visitado, pois considerava aquele governo moderado, possibilitador de uma receptiva acolhedora e sinalizador positivo no decorrer da viagem. O ministro foi recebido com honras de chefe de Estado e sua viagem foi capa de diversos jornais africanos, mas mesmo assim, sua presença não teve boa recepção em alguns países devido aos laços ainda não totalmente findados com o colonialismo português.

Cabe destacar que o governo de Médici é até hoje considerado o mais duro e repressivo de todo o período da ditadura militar, momento em que Gibson Barboza precisou lidar com vários sequestros de diplomatas estrangeiros organizadas por grupos revolucionários. Foram sequestrados os embaixadores dos Estados Unidos, da Suíça e da Alemanha, além do cônsul do Japão. A onda de violência e repressão chegou a atingir a viagem do Ministro à África, pois um dos jornalistas (jornal O Estado de São Paulo) que acompanhava a missão, foi proibido pela aeronáutica brasileira – que forneceu o avião para viagem –, de embarcar, sob a alegação de envolvimento em atividades subversivas (D'ÁVILA, 2011, 179).

Em fevereiro do ano seguinte, em 1973, outra missão foi organizada pelo Itamaraty, desta vez com um caráter estritamente comercial.¹⁹ Diferentes países foram visitados durante 33 dias, e acordos pontuais de venda de tecnologia brasileira e projetos de infraestrutura foram assinados. Esta segunda viagem compôs-se de pessoas de diferentes áreas dentro do governo e representantes de empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais. A Câmara de Comércio Afro-Brasileira também participou da viagem, vendendo produtos na Feira Internacional de Lagos (SARAIVA, 1996, 142).

Esta Câmara exerceu papel importante nos acordos comerciais estabelecidos com países africanos. Ela foi fundada em São Paulo, em 1968, por Adalberto Camargo, empresário de sucesso e um dos políticos negros mais votados no período. A Câmara, de acordo com Ivo de Santana:

Visava o incremento do comércio bilateral entre o Brasil e o continente africano, intensificando a aproximação entre esses povos

e fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, científicas, tecnológicas e de cooperação (SANTANA, 2004, 83).

A Câmara de Comércio Afro-Brasileira²⁰ obteve muito sucesso, tornando-se responsável por grande parte do volume de negócios entre Brasil e África na década de 1970. Grande parte desse retorno positivo foi atribuído ao deputado federal Adalberto Camargo, que conseguiu visibilidade para associação por transitar entre o meio político e empresarial (FERREIRA, 2013, 67). Em seu apogeu, na segunda metade da década de 1970, a Câmara contou com cerca de 300 filiados, de empresas de médio e grande porte, com correspondentes associados no Brasil e no exterior. A edição de sua revista, a AfroChamber atingiu a tiragem de vinte mil exemplares, periódico que apresentava oportunidades de negócios, informações sobre empresas e eventos no Brasil e na África e era distribuída para empresários e órgãos governamentais. Sua periodicidade era bimestral, com dez mil exemplares em português, cinco mil em inglês e cinco mil em francês (SANTANA, 2003, 532).

Em 1973, mesmo ano da segunda missão do governo brasileiro à África, Cândido Mendes retomou o projeto do IBEEA e o transformou em CEAA, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, adaptado para a realidade de uma instituição privada, a Universidade Cândido Mendes, sem nenhuma subordinação ao governo. Entretanto, vale ressaltar que a relação do próprio Cândido Mendes com o governo possibilitou ao CEAA liberdade de pesquisas sobre temáticas impensáveis de realizar por outra maneira, como por exemplo, a utilização do marxismo como instrumento teórico-metodológico e o estudo da China Comunista.²¹

²⁰ Convém pontuar que as câmaras de comércio são associações de caráter regional, nacional e internacional, agregando comerciantes e indústrias com interesse no mesmo ramo de negócios. Elas prestam serviços de informação, apoiam relações empresariais e econômicas entre países e analisam os problemas e entraves nas negociações, propondo soluções coletivas ou exercendo pressão nos governos.

²¹ Notas introdutórias para linhas de pesquisas. Revista Centro de

¹⁹ A título de informação, neste ano de 1973 o Brasil mantinha seis embaixadores creditados em dezessete países da África, enquanto quinze embaixadas africanas já estavam estabelecidas em Brasília.

Os frutos dos esforços do Brasil em conquistar novas alianças e parcerias comerciais com o continente africano foram refletidos nos números da economia. Na década de 1970 as exportações brasileiras aumentaram 129% enquanto as exportações para África cresceram 300%, a maior parte em produtos industrializados. Assim, os países africanos passaram a receber 8% das exportações brasileiras, e 13% do total de produtos importados pelo Brasil eram de origem africana (NASCIMENTO, 2010, 36).

É importante frisar que o vertiginoso crescimento de relações políticas, diplomáticas e econômicas com o continente africano não adentrou os países colônia de Portugal. A posição do Brasil, de defesa do livre-arbítrio dos povos, de condenação do colonialismo não se aplicava às colônias portuguesas ainda neste momento, visto proclamar a inexistência de colônias portuguesas, mas províncias ultramarinas.

Esta posição ambígua causava desconforto em algumas situações diplomáticas, e durante a viagem de Gibson Barboza, países como Gana e Camarões criticaram duramente o Brasil por sua defesa de Portugal. Além disso, também ameaçava o fornecimento de petróleo para o Brasil, como indicamos anteriormente, diversos países árabes e africanos advertiram o Brasil acerca de suas relações com Lisboa e África do Sul, pois em caso de persistência sofreria boicote no fornecimento de petróleo.

Por isso, o Ministro Gibson Barboza, no final do seu mandato, solicitou ao Conselho de Segurança Nacional que autorizasse uma nova política de redefinição do relacionamento com Portugal, já que o país não podia mais arcar com os custos desta aliança. O Conselho acatou o pedido de Barboza, porém não houve tempo de declarar publicamente o novo posicionamen-

to. O general Geisel tomou posse no dia 15 de março de 1974 e seu novo Ministro das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira tentou executar o plano de Gibson Barbosa de anunciar a ruptura, entretanto, em 15 de abril, exatamente um mês da posse do novo presidente brasileiro, o regime português foi derrubado (D'ÁVILA, 2011, 206).

A crise política em Portugal gerou uma situação de grande descontentamento entre a população civil e militar portuguesa, obrigada a servir nas colônias africanas e enfrentar as guerrilhas das lideranças coloniais que buscavam a independência. Assim, a Revolução dos Cravos iniciou-se em 25 de abril de 1974, liderada por militares, mas com grande aceitação popular. Foi derrubada a ditadura vigente no país e implantado um regime democrático com inclinações socialistas, o que acelerou os processos de independência das colônias portuguesas (SECCO, 2004).

Os acontecimentos em Portugal possibilitaram ao Estado brasileiro uma inserção a novos países, as ex-colônias portuguesas. E assim, Ernesto Beckmann Geisel, empossado como o 29º presidente do Brasil, o 4º presidente militar a governar, de 1974 a 1979, teve seu governo marcado pelo ápice das relações brasileiras e africanas que acarretaram em recordes dos números do comércio.

O Brasil passava por uma situação de vulnerabilidade no final do governo Médici e início da gestão de Geisel, posto que o crescente endividamento externo, o alto consumo de petróleo para manter os níveis de produção e os números elevados de importações de equipamentos especializados para a indústria, colocavam o país em situação fragilizada. Para contornar a situação, Geisel adotou uma política externa que procurava adaptar-se à nova realidade mundial, pro-

jetando-se como “pragmática, ecumênica e responsável”. O objetivo era reestabelecer relações diplomáticas com a China comunista, adotar uma postura menos pró-Israel no conflito árabe-israelense, apoiar a descolonização portuguesa e redefinir as relações com os EUA, postura considerada surpreendente por destoar da ortodoxia de direita tradicionalmente adotada pelo regime militar (OLIVEIRA, 1987, 107).

As diretrizes do “Pragmatismo Ecumênico e Responsável” defendiam não apenas os interesses econômicos do governo, mas também denotavam forte conotação política, visando firmar a independência nacional em todos os âmbitos. Na esfera econômica, para a manutenção do modelo de desenvolvimento vigente, e política, almejava uma presença internacional própria, que exercesse influência em questões globais do interesse do país e estabilizasse a situação de vulnerabilidade brasileira gerada pela crescente dependência de produtos importados. De acordo com Carlos Ribeiro Santana:

O termo “responsável” buscava evitar que o pragmatismo fosse qualificado de oportunista, tornando o conceito mais palatável às cúpulas militares e aos setores mais conservadores da sociedade. Já o qualificativo “ecumênico”, cunhado pelo próprio chanceler, descrevia o caráter universal da política externa, a qual deveria olhar para todas as direções no sentido de expandir as relações internacionais do país. Nesse sentido, a política externa demonstrava-se ousada e livre para expandir-se de forma indiferenciada a todos os países (SANTANA, 2006, 164).

O pragmatismo defendido por Geisel sugeria avaliar cada problema de forma particular, sem princípios rígidos, de acordo com a necessidade brasileira. Esta forma de política foi considerada por muitos como incoerente, ora pendendo para os países em desenvolvimento,

ora para os do terceiro mundo. Na realidade, ela era extremamente calculada, visando atender única e exclusivamente os interesses nacionais, sem mais carregar o ônus de alianças como a estabelecida anteriormente com Portugal.

A elementar amostra desta nova postura brasileira foi o reconhecimento da independência da Guiné Bissau, primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, em 1 de julho de 1974. O Brasil se pronunciou sem qualquer consulta prévia a Portugal, prática indicativa do rompimento com o Tratado da Amizade e da Consulta, firmado em 1953. Poucos meses depois, uma embaixada foi criada em Guiné Bissau, e com este gesto o Itamaraty se preparou para uma investida na África de língua oficial portuguesa (PENNA FILHO, 2007, 71).

No segundo semestre de 1974, uma missão propôs estabelecer contato com os líderes dos movimentos de independência das colônias portuguesas, chefiada por Ítalo Zappa, o novo chefe da Divisão de África do MRE. O primeiro encontro agendado foi com os líderes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Dar-es-Salaan, na Tanzânia. Nesta reunião, o presidente da FRELIMO, Samora Machel, fez duras críticas ao comportamento do Brasil frente à questão colonial e rejeitou a proposta brasileira de criação de uma Representação Especial para exercer funções diplomáticas frente ao governo de transição, até a data marcada para a independência, 25 de junho de 1975 (PENNA FILHO, 2009, 41).

Moçambique foi o país mais complicado no relacionamento com a diplomacia brasileira. A resistência da FRELIMO ao Brasil levou o Itamaraty a designar atenção redobrada aos movimentos de independência, em especial com Angola, país que despertava o interesse brasilei-

ro pela produção de petróleo e riquezas minerais.

Para acompanhar a luta pela independência, fundou-se uma Representação Especial em Luanda, chefiada pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, no primeiro semestre de 1975. A questão em Angola era delicada, pois haviam três distintos partidos mobilizados pela independência do país, o que gerava o temor de uma guerra civil não só entre os angolanos, mas também nos países vizinhos.

O mais forte dos movimentos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), recebeu apoio militar e financeiro da União Soviética e de Cuba; já a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) era ajudada pelos EUA; e, por sua vez, a União Nacional pela Independência de Angola (UNITA) era ligada à África do Sul. Com EUA e União Soviética apoiando diferentes grupos do conflito, a Guerra Fria era tardiamente refletida em Angola. Esperava-se do Brasil um posicionamento, de modo que apoiasse um dos movimentos, atitude manifesta quando o país reconheceu a independência de Angola sob o governo do MPLA (RIZZI, 2005, 38).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência, em 11 de novembro de 1975. A opção brasileira em apoiar um governo de esquerda com inclinações fortemente comunistas, de acordo com Saraiva, incomodou demasiadamente os EUA e os setores mais conservadores do governo nacional, uma vez que o Brasil era uma ditadura militar de direita, e a decisão do reconhecimento de Angola não havia sido tomada por unanimidade pelo Conselho de Segurança Nacional (SARAIVA, 1999, 241).

Ovídio de Andrade e Melo foi nomeado temporariamente Embaixador Especial, logo substituído por Affonso Celso Ouro Preto, porque os EUA e a ala conservadora dos militares

puseram a responsabilidade do apoio ao MPLA como sendo de Ovídio Melo, julgando precipitada sua ação.

A questão angolana ganhou notoriedade internacional e, apesar das críticas, também recebeu elogios, principalmente de países africanos e do terceiro mundo, o que fortaleceu a imagem do Brasil, portador de um posicionamento ousado, algo incomum na diplomacia brasileira. A ousadia mostrou-se positiva, e o país colheu os frutos de suas opções ao estabelecer relações privilegiadas com Angola (VIANA, 2008, 7).

Assim, Angola e Nigéria tornaram-se os grandes parceiros comerciais do Brasil, com o petróleo ocupando posição central nas transações. A Petrobrás assinou acordos com o governo e, em parceria com a Sonangol, lucrou com a exploração o petróleo angolano. Outras empresas também realizaram trabalhos no país, como a construtora Noberto Odebrecht que, associada a uma empresa soviética, construiu a hidrelétrica de Capanda em Angola (SANTANA, 2003, 122).

A Nigéria também foi a principal compradora de armas brasileiras, produzidas a partir de 1974, sendo que o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de armas do mundo, atrás da União Soviética, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Reino Unido, e os valores anuais atingiam aproximadamente dois bilhões de dólares. O país vendeu tanques, aviões de guerra e armas de todos os tipos para militares nigerianos, mas também para o Gabão, Marrocos, Sudão, Togo, Alto Volta e Zimbábue.

O Oriente Médio também foi um grande comprador de armamentos brasileiros e os conflitos na região tornavam países como Irã, Iraque e Líbia clientes muito rentáveis (SANTANA, 2006, 176). A Líbia chegou a negociar a compra de um bilhão de dólares em armamentos brasi-

leiros, mas os EUA exerceram pressão acerca da politização de venda de armas, movimento que cancelou a transação. Cabe destacar que as estatísticas pouco visibilizam os números exatos e o volume do comércio de armas, visto tratar-se de um comércio que os empresários preferiam não expor publicamente (SARAIVA, 1996, 157).

Em 1979, empossado o 5º e último presidente militar do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou até 1985, sendo sua gestão marcada pela a transição da ditadura para a democracia, finalmente restaurada pelo seu sucessor, José Sarney. Diplomáticamente, Figueiredo deu continuidade aos postulados de Geisel, pautando-se em diretrizes denominadas de “Universalismo”, tentando manter a autonomia da política externa e a presença brasileira em todos os continentes. Logo no início, ainda em 1979, seu governo enfrentou uma nova crise mundial, do petróleo, o que implicou mais empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional, e um aumento ainda maior da dívida externa brasileira (SANTANA, 2006, 171).

Década de 1980: declínio das relações entre Brasil e África

A década de 1980 envolveu um contexto mundial e nacional menos favorável ao governo, quando o segundo choque do petróleo, causado pela Guerra do Irã e pela primeira Guerra do Golfo, afetou diversos países. O Brasil conseguiu enfrentar a situação sem a necessidade de racionamento, mas o preço do barril foi sentido na balança comercial, constantemente desfavorável, refletindo no aumento constante da inflação.

No governo Figueiredo, as relações com África foram mantidas na mesma intensidade, sendo ele o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente, em 1983. Figueiredo visitou Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Argélia e Nigéria, o maior parcei-

ro comercial africano. Em sua gestão, 7 chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos. Havia 21 embaixadas brasileiras no continente, e 13 embaixadas de países da África em Brasília (LECHINI, 2008, 61). Apesar das dificuldades da década de 1980, durante o governo Figueiredo as exportações para África bateram recorde, chegando a 9,3% do total das exportações brasileiras (SARAIVA, 1996, 195).

A política externa, denominada de “Universalismo”, mantinha ideias do pragmatismo, ou seja, do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais. Foram mantidas relações com os países do primeiro e terceiro mundo, mas a prioridade do governo pautou-se em relacionamentos sul-sul, mais especificamente América Latina e África. Em relação aos Estados Unidos, a posição brasileira foi de um distanciamento cada vez maior (OLIVEIRA, 1987, 192).

O presidente Figueiredo, diante desta conjuntura de crise econômica eminente, seguiu as posturas políticas de seus antecessores e reforçou os laços políticos com países africanos, como percebemos a partir de sua viagem ao continente. Contudo, economicamente, diminuíram as relações mercantis (PENNA FILHO, 2009, 47).

Na segunda metade da década a crise financeira se abateu sobre os dois lados do Atlântico. No Brasil, as taxas de juros do dólar, de 3% a 4% em 1973, subiram para 22% e 23% nos anos 1980. Essa situação, aliada ao engessamento provocado pelos novos empréstimos junto ao FMI, na segunda crise do petróleo em 1979, inviabilizam o financiamento de linhas de crédito para o comércio com África. A dívida externa brasileira, de US\$25 bilhões de dólares em 1975,

alcançou o número de US\$105 bilhões em 1985. O crescimento do país teve uma taxa claramente baixa (2,1%) ao ano e a participação da indústria no Produto Interno Bruto diminuiu de 33,7% para 29,1% na década de 1980 (RIBEIRO, 2010, 58).

Já nos parceiros africanos do Brasil, a instabilidade política e os golpes de estado aliados aos efeitos da dívida externa e a insuficiência de recursos para investir em desenvolvimento, fragilizam as economias africanas, submetidas ao rigoroso plano de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, o que impedia a capacidade de comércio com os outros países do terceiro mundo (SANTANA, 2004, 97). Assim, em 1986 as exportações para África reduziram para 4,6%, diminuindo ainda mais nos anos seguintes (FERREIRA, 2013, 68).

A crise financeira teve de ser enfrentada por José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, primeiro presidente civil brasileiro após o período da ditadura militar (1964-1985). O governo Sarney (1985-1990) manteve as diretrizes de Geisel e Figueiredo e, mesmo com a transição de um regime autoritário para democrático, a política africana era coerente e já possuía certa autonomia. Sarney fez duras críticas ao regime de apartheid da África do Sul e liderou nas Nações Unidas o processo que culminou na declaração, em 1986, do Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, bloqueando o projeto de liderança da África do Sul na região (SARAIVA, 2012, 46).

Sarney priorizou acordos bilaterais com as alianças mais rentáveis, como Nigéria e os países de língua portuguesa, tendência utilizada em toda a década de 1990. Contudo, ao final do governo de Sarney o projeto de constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) encorpa-se, sendo realizada no Mara-

não, em 1989, a primeira Reunião de Chefes de Estado e Governo dos países de língua portuguesa. A CPLP foi oficialmente criada em 1996, congregando sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O interesse crescente pelos países de língua portuguesa não se manteve somente no âmbito político e econômico, na academia, houve o mesmo movimento. Da produção de monografias, dos 21 trabalhos (teses e dissertações), mais da metade abordou temas relacionados aos países de expressão portuguesa. Entre as outras produções dos centros de estudos africanos, os temas do colonialismo, apartheid, ex-colônias de Portugal também figuram entre os mais recorrentes (CONCEIÇÃO, 1991, 103).

Os benefícios da frutífera parceria do governo federal com os CEAs explicitam-se nos números significativos do comércio com países africanos, no fortalecimento político do Brasil no contexto internacional, que auxiliou a consolidar sua posição de liderança entre os países do eixo Sul-Sul, e na garantia do fornecimento de petróleo diante das crises mundiais de fornecimento do mesmo.

Já para os CEAs, os bônus dessa relação foram desiguais em casa instituição. O CEA/USP, por exemplo, dialogou menos com o governo, mas obteve vantagens com o contexto de incentivo aos estudos africanos no Brasil. O Centro de Estudos Africanos da USP firmou acordos com as universidades de Togo, Lagos, Costa do Marfim, Ifé e Guiné Bissau, além de receber estudantes e professores africanos, que lecionaram diversos cursos na instituição (MOURÃO, 1983, 70).

O CEAA/Candido Mendes desenvolveu grande projeto de cooperação técnico-cultural

com Guiné-Bissau, através do intermédio do MRE. Também enviou professores para o exterior com auxílio financeiro do governo federal e recebeu verbas de órgãos como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisas) e SUBIN (Secretaria de Coordenação Técnica e Econômica Internacional), além de um importante financiamento do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O produto final deste financiamento foi a concretização de um estudo sobre os planos de desenvolvimento socioeconômicos dos seguintes países: Angola, Camarões, Congo, Gabão, Moçambique, Argélia, Egito, Quênia, Zaire e Zimbábue.²²

O CEAO/UFBA, centro de estudos africanos com maior relacionamento com o governo federal brasileiro, alcançou por este meio crescimento e projeção nacional da instituição, o que possibilitou a criação do primeiro curso de pós-graduação em estudos africanos do país, em 1970, para as áreas de História, Geografia e Ciências Sociais.²³ Além das inúmeras viagens para os pesquisadores do CEAO, o programa de intercâmbio também foi financiando pelo governo.

Em 1974, o governo federal, através do MRE e do Ministério da Educação e Cultura estabeleceu um programa de cooperação cultural entre Brasil e alguns países africanos para o desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros. O CEAO foi incumbido da missão de executar tal projeto, recebendo bolsas de estudos, verbas para pesquisa e para a construção do Museu Afro-Brasileiro, sob sua responsabilidade, inaugurado em 1982.²⁴ Com este programa, o reitor da Universidade Federal da Bahia, Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa, acompanhado da diretora do CEAO, Yeda Pessoa de Castro, visitaram e firmaram acordos com as universidades africa-

nas de Lagos, Ibadan, Ifé, Benin, Costa do Marfim e Dacar.²⁵

Logo, torna-se evidente que cooperação entre governo e academia produziu bons frutos para ambos e que o principal papel da presidência na introdução dos estudos africanos no Brasil foi o de agente financiador. Devemos considerar que nos duros períodos de repressão e censura da ditadura militar, receber incentivo e apoio financeiro para atividades acadêmicas não era algo cotidiano, e que sem esta salvaguarda do governo, os avanços acadêmicos teriam ocorrido de forma mais lenta. Do mesmo modo, o apoio dos CEA foi fundamental para o sucesso político e econômico das relações entre Brasil e África, pois exerceram papel importante atuar no traçado de projetos e frutíferos caminhos seguidos pelo país no estabelecimento de relações políticas, econômicas e diplomáticas com países africanos

²² *Relatório de Atividades. Estudos Afro-Asiáticos, n 13, (1987), p. 116.*

²³ *Informações. Afro-Ásia 10-11 (1970), p. 159-162.*

²⁴ *Informações. Afro-Ásia 12 (1976), p. 247-251.*

²⁵ *Informações. Afro-Ásia 14 (1983), p. 188-189.*

Bibliografia

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1230&sid=115&tpl=printerview> Acessado em 10/01/2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

D'ÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, Wallace. *Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”*. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil, 1954-1964*. Editora Hucitec, 1998.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 2-3 (1966), p. 177-182.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 4-5 (1967), p. 112-117.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 6-7 (1968), p. 145-149.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 8-9 (1969), p. 131-142.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 10-11 (1970), p. 159-162.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 12 (1976), p. 247-251.

INFORMAÇÕES. *Afro-Ásia*, 14 (1983), p. 188-189.

LECHINI, Gladys. *O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty*. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. *Bras. Polít. Int.* 48 (1): 24-59 [2005].

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A informação científica no plano das relações entre o Brasil e a África como fator de desenvolvimento dos estudos africanos. *Estudos Afro-Asiáticos*, n 8-9, (1983).

NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 27-48, 2ºsem. 2010.

Notas introdutórias para linhas de pesquisas. *Revista Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA*. Ano 1 – n 2 – maio-agosto de 1978.

NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 27-48, 2ºsem. 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2001.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Rev. Bras. Polít. Int.* 44 (1): 69-93 [2001].

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007.

PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”, 2009.

RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Revista Lutas Sociais*, v. 17/18, 2007.

REIS, Luiza Nascimento dos. O centro de estudos afro-orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964). 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

Relatório de Atividades. *Estudos Afro-Asiáticos*, n 13, (1987).

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à criação da CPLP. *Leviathan*, n. 1, p. 99-117, 2004.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n 35, p. 55-79, fev. 2010.

RIZZI, Kamilla Raquel. *Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral*. 131f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

SANTANA, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): 113-137 [2003].

SANTANA, Ivo de. *Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Rev. Bras. Polít. Int.* 49 (2): 157-177 [2006].

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SECCO, Lincoln Ferreira. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português*. São Paulo: Alameda Casa Editorial / Fapesp / Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos. *Revista África e Africanidades - Ano I - n. 3 - Nov. 2008*.

